

PÁG 2 Conselho discute em call efeitos da pandemia no mercado

PÁG 3 Comercializadores discutem práticas junto a clientes em razão do coronavírus

PÁG 4 Associações contratam proposta para impactos do coronavírus

PÁG 6 Portabilidade e Nova Lei do Gás são prioridades para a Indústria

PÁG 7 Ministro Bento sinaliza com aportes do Tesouro para mitigar inadimplência do baixa renda

PÁG 8 Provedor de informações do mercado europeu compartilha com a Abraceel experiências da crise

PÁG 10 Distribuidoras discutem soluções para crise

PÁG 12 Abraceel explica: novo rito das Medidas Provisórias durante a pandemia

PÁG 13 Curtas: Abraceel realiza primeira transmissão ao vivo no Instagram

Abraceel e MME discutem indicação do novo conselheiro da CCEE

CMSE mantém DFOM e importação

... e muito mais!

PÁG 18 Agenda Semanal Abraceel

Conselho discute em call efeitos da pandemia no mercado

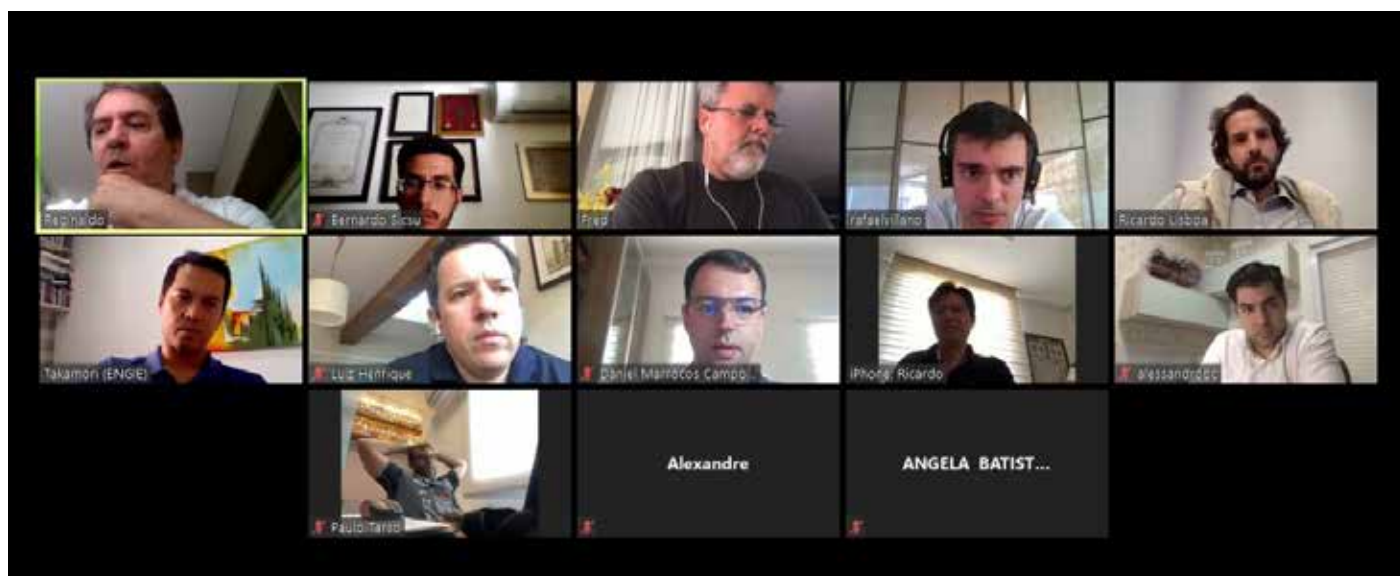
Matéria em 1 minuto:

- Conselho discute notificações emitidas por distribuidoras;
- Com problemas de caixa, aportes do Tesouro ou nova conta ACR podem ser solução para as distribuidoras de acordo com o Governo;
- Abraceel mantém contato com autoridades para debater o tema.



Tempo de leitura:
2 minutos

O Conselho da Abraceel realizou, em **01.04**, vídeoconferência para discutir os desdobramentos da pandemia no mercado, em especial os pedidos de força maior emitidos por algumas distribuidoras, suas consequências e possíveis formas de resolvê-los. Participaram todos os conselheiros e a Diretoria Executiva.



As distribuidoras alegam problemas de caixa e pleiteiam junto ao Governo o aporte de recursos para manutenção das operações do ACR. Dentre as possíveis soluções em discussão estão uma nova Conta-ACR gerida pela CCEE ou a possibilidade de aportes pelo Tesouro Nacional. Reginaldo Medeiros relatou que a Abraceel está acompanhando o assunto, em constante contato com as principais autoridades do setor.

Por fim, foi relatada a participação da Abraceel em reunião telefônica convocada por um grupo de associações que aprovou a contratação da consultoria PSR para a elaboração de uma proposta de consenso para os impactos do COVID-19. O Conselho aprovou a participação da Abraceel na contratação (Mais detalhes na matéria: Associações contratam proposta para impactos do COVID-19)

Comercializadores discutem práticas junto a clientes em razão do coronavírus

Matéria em 1 minuto:

- Empresas associadas vêm adotando práticas alinhadas com o parecer da Abraceel ao receber notificações das contrapartes;
- A conjuntura é bem peculiar, já que ocorre junto com a tendência de queda nos preços em função da redução da carga. O foco está sendo nas negociações bilaterais.



Tempo de leitura:
2 minutos

O Grupo Técnico realizou call, no dia **30.03**, para discutir os efeitos da pandemia do coronavírus nos contratos de comercialização, com o objetivo de conhecer e compartilhar as práticas que vêm sendo adotadas pelos associados.

Alexandre Lopes reforçou os argumentos do parecer jurídico do consultor Julião Coelho, de que os contratos são soberanos e devem ser respeitados. Os associados apontaram que já receberam inúmeras notificações de clientes e de comercializadoras representando seus clientes e estão agindo de forma alinhada às orientações do parecer.

Os associados compartilharam que nem sempre seus clientes seguem as orientações oferecidas e que a maioria das notificações não têm embasamento e quantitativos, já que os efeitos da pandemia ainda são iniciais. Alguns relataram casos de que clientes já assumiram o default das faturas de fevereiro, e sinalizam o mesmo para março, de forma a se beneficiar da situação. A conjuntura é bem peculiar, já que ocorre junto com a tendência de queda nos preços em função da redução da carga.

Em resposta às contrapartes, os associados estão focando nas negociações individuais, refutando os argumentos de força maior. Explicam aos seus clientes que a energia não consumida pode ser liquidada no MCP. Também estão dando o suporte para que o fluxo financeiro possa ser reacomodado dentro da capacidade de caixa de cada um ou dando a possibilidade de realocar montantes contratados de energia para um momento posterior.

Foi relatado que alguns clientes estão solicitando o faturamento pelo consumo e os associados estão tentando negociar termos que sejam benéficos para ambos. Isso porque, a quebra dos contratos pode ser muito prejudicial quando a situação se normalizar, caso o cliente não tenha energia contratada.

Por fim, os associados reforçaram a necessidade de alinhamento, especialmente para os casos de contrapartes que são atendidas por mais de uma comercializadora, e de contínuo incentivo ao diálogo e de respeito aos contratos.

Associações contratam proposta para impactos do coronavírus

Matéria em 1 minuto:

- Associações discutem contratação da PSR para a elaboração de uma proposta de consenso para os impactos do COVID-19;
- Proposta será fechada apenas se houver consenso na contratação. Abradee ainda não confirmou participação.



Tempo de leitura:
3 minutos

Reginaldo Medeiros e Alexandre Lopes participaram, em **31.03**, de teleconferência de um grupo de associações para discutir a contratação da consultoria PSR para a elaboração de uma proposta de consenso para os impactos do COVID-19.

Participaram do call a Abraceel, Abiape, Abrace, Abradee, Apine e Abragel. Cinco associações aprovaram a contratação da PSR, à exceção da Abradee, que solicitou prazo para se manifestar.

O foco das propostas deve ser a manutenção do fluxo de caixa do setor e as operações relativas ao ACR. Em relação ao ACL, a Abraceel, Abrace e Apine apresentaram visão semelhante, no sentido de respeito aos contratos e de negociação bilateral entre as partes, conforme o caso.

Em relação aos impactos no ACR, a Abradee e a Apine apresentaram números semelhantes. Conforme estudo apresentado pela Apine, considerando uma redução global da carga de 20% por três meses e os efeitos de provável elevada inadimplência nas contas de luz, os impactos nas distribuidoras seriam da ordem de R\$ 24 bilhões. Desse total, R\$ 21 bi seriam relativos à inadimplência e R\$ 3,3 bi aos efeitos da queda de consumo.

Entre as possíveis soluções discutidas está a necessidade de financiamento para o fluxo de caixa das distribuidoras e a possibilidade de criação de uma nova Conta-ACR, gerida pela CCEE, ou a possibilidade de aportes pelo Tesouro Nacional.

O custo do estudo será rateado pelas associações signatárias, e as propostas da PSR serão discutidas individualmente com cada entidade, e somente serão encaminhadas se houver consenso entre as signatárias.

INDÚSTRIA PREGA NEGOCIAÇÃO ENTRE AS PARTES NO MERCADO

A Abrace (Associação dos Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres) divulgou no início da semana comunicado com propostas da indústria diante da pandemia. Propõe ao setor de energia e ao Governo uma série de medidas, como a desoneração de encargos e subsídios para todo o mercado, redução de cláusulas de “take-or-pay” e de multas dos contratos de gás, delegação de custos de transmissão de energia ao Tesouro Nacional e cobrança do pagamento dos contratos de demanda pelos valores utilizados. “Quanto aos contratos celebrados no ambiente livre, vendedores e compradores deverão discutir as condições pactuadas, considerando a excepcionalidade do momento, as disposições contratuais e legais e as condições efetivas de produção e consumo.” **O comunicado está disponível na área restrita do associado.**

Portabilidade e Nova Lei do Gás são prioridades para a Indústria

Matéria em 1 minuto:

- CNI lança a Agenda Legislativa da Indústria reunindo os principais projetos em tramitação no Legislativo;
- Portabilidade e Gás são prioridades da Indústria.



Tempo de leitura:
2 minutos

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) lançou sua Agenda Legislativa na última terça-feira, **31.03**, via plataforma online.

A Agenda Legislativa, que está em sua 25ª edição, contém as principais proposições em tramitação no Legislativo que, na visão da indústria, promovem ou prejudicam a competitividade das empresas. Ao todo, são listadas 135 propostas prioritárias na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Dessas, 93 têm impacto sobre todo o setor industrial e 42 afetam especificamente algum segmento da indústria.

Das 135 propostas prioritárias, 11 foram elencadas em uma Pauta Mínima da Indústria. Os 11 temas considerados de maior impacto para a competitividade brasileira em 2020 são: reforma do setor elétrico, saneamento básico, reforma tributária, criminalização do não recolhimento do tributo, oneração das exportações de primários e semielaborados, licenciamento ambiental, contrato verde e amarelo, nova lei do gás, expatriados, desconsideração da personalidade jurídica e pacto federativo.

Constam da pauta mínima o projeto que cria a portabilidade da conta de luz (PLS 232 de 2016) e o projeto do novo mercado de gás natural (PL 6407 de 2013). Reginaldo Meireiros acompanhou o lançamento da Agenda e comemorou a priorização dos projetos da reforma setorial. “Vivemos um cenário particular no país e a agenda política deve priorizar medidas que combatam a pandemia. No entanto, é muito gratificante saber que a indústria reconhece os projetos da portabilidade como uma diretriz para o desenvolvimento do Brasil.”

Confira a íntegra da Agenda no link: <https://bit.ly/3dFmPUV>

Ministro Bento sinaliza com aportes do Tesouro para mitigar inadimplência do baixa renda

Matéria em 1 minuto:

- Aportes do Tesouro podem ser solução do Governo para distribuidoras;
- Abraceel estará presente na reunião do MME com associações do setor para discutir a crise;
- Ministro Bento acredita que os projetos da portabilidade, GSF e Eletrobras podem avançar após a pandemia.



Tempo de leitura:
2 minutos

O Ministro Bento Albuquerque informou ontem, **02.04**, durante a Live da corretora XP, que o Governo Federal, alinhado com Aneel e distribuidoras, trabalha em uma solução de curto prazo para mitigar a inadimplência advinda, principalmente, do consumidor de baixa renda.

A solução, segundo o Ministro, deve ocorrer mediante aportes do Tesouro nas distribuidoras, sem aumento tarifário. Para a eventual sobrecontratação, medidas ainda estão sendo estudadas.

O Ministro também demonstrou confiança na aprovação dos Projetos de Lei do GSF, de Modernização e de privatização da Eletrobras após o fim da pandemia.

Ao final, ressaltou que todos fazem parte da solução para a crise, que exige amplo diálogo, e informou que realizará reuniões com as principais associações do setor durante o fim de semana. A Abraceel estará presente.



Provedor de informações do mercado europeu compartilha com a Abraceel experiências da crise

Matéria em 1 minuto:

- Efeitos da pandemia no Nordpool deixa o preço de curto prazo três vezes menor do que o observado para essa época do ano;
- Lá não houve alegação de força maior ou caso fortuito, já que ainda está cedo para dimensionar os impactos da crise;
- Uma solução que o governo norueguês está discutindo são os empréstimos com garantia do governo.



Tempo de leitura:
3 minutos

No dia **02.04**, a Abraceel realizou call com Morten Hegna, gerente da Montel News, empresa provedora de informações do mercado de energia europeu. A empresa atua em mais de 30 países provendo informações para mais de 850 empresas e foi apresentada à Abraceel pela associada Hydro, que possui grande operação no NordPool.

Bernardo Sicsú explicou brevemente sobre a Abraceel e os efeitos da pandemia do coronavírus no setor elétrico brasileiro, e que a maior preocupação dos agentes e da Associação é com um default generalizado e judicialização. Solicitou que Morten compartilhasse a experiência em outros mercados.

Marten explicou que os preços no Nordpool já estavam em uma tendência de queda antes da crise do coronavírus, pelo inverno pouco rigoroso, melhores condições de oferta hidráulica, mas despencaram nas últimas semanas. O preço de curto prazo está três vezes menor do que o observado para essa época do ano, e chegou a atingir 7 EUR/MWh.



Apesar disso, quando questionado se já houve alegações de força maior ou caso fortuito, Marten explicou que não observaram esse movimento no mercado, já que ainda está cedo para acionar cláusulas contratuais, porque os impactos são desconhecidos. Segundo Marten, os consumidores em dificuldades de honrar seus contratos estão negociando com suas contrapartes saídas para a crise.

Marten relatou que problemas de liquidez vêm ocorrendo nos últimos anos no NordPool, por causa da entrada de fontes baratas, como GNL e gás da Rússia, e se intensificou com a crise do coronavírus. Por isso, está mais difícil para os traders saírem de suas posições.

Além disso, Marten apontou um cenário pouco otimista para investimentos, pois plantas que já estão em construção, especialmente eólicas e solares, podem ser impactadas pelo nível baixo de preços.

Uma solução que o governo norueguês está discutindo são os empréstimos com garantia do governo, usando recursos, por exemplo, do fundo do petróleo. Marten destacou que o foco da ajuda está nos negócios menores, que tiveram que fechar, e que as companhias de energia, como as distribuidoras, provavelmente serão as últimas a pedir ajuda, pois são robustas financeiramente. Segundo ele, é pouco provável que eventuais empréstimos virem tarifa ou encargo a serem pagos por todos os consumidores.

Por fim, questionado se o cenário atual poderia levar a batalhas judiciais, Marten explicou que entre os noruegueses uma palavra comum em tempos de crise é “dugnad”, que significa ajuda e suporte.

A Abraceel e a Montel estão em tratativas para realizar uma nova reunião no dia 16.04, pela manhã, dessa vez aberta à participação dos associados. **Além disso, a Abraceel gostaria de fazer um agradecimento especial à associada Hydro pela contínua parceria e compartilhamento de experiências de mercados mais maduros.**

Distribuidoras discutem soluções para crise

Matéria em 1 minuto:

- Light, Cemig, Copel, Equatorial, Energisa e Neoenergia pontuam que a redução do mercado e a inadimplência são os desafios a serem enfrentados pelo segmento;
- A questão do caixa é essencial para preservar a saúde financeira e consideram fundamental a intervenção da Aneel e MME;
- Cemig apontou que, para o mercado livre, as soluções serão bilaterais, para o ambiente regulado, contudo é preciso um acordo mais geral.



Tempo de leitura:
4 minutos

Na manhã desta sexta-feira, **03.04**, a XP promoveu uma live com alguns dos principais CEOs das empresas de distribuição de energia elétrica. O tema foi “Os impactos do coronavírus no setor de distribuição de Energia”. Mediada por Luiz Barroso (PSR), participaram Ana Marta (Light), Ricardo Botelho (Energisa), Daniel Slavieiro (Copel), Mario Ruiz (Neoenergia), Augusto Miranda (Equatorial) e Reynaldo Passanezi (Cemig). Segundo os organizadores, houve mais de 3.000 acessos.

Na primeira parte os participantes fizeram um breve diagnóstico, em que ficou evidenciado que a redução do mercado e a inadimplência são os desafios a serem enfrentados pelo segmento. Concordam que as distribuidoras são as responsáveis por recolher recursos de toda a cadeia. Assim, acreditam que cuidar do segmento é cuidar da saúde financeira de todo o setor. Consideram imprescindível a intervenção de Aneel e do MME para resolução do problema, que na visão deles é de natureza estrutural, já que esta é uma crise diferente, de colapso de demanda.

Outros depoimentos mostraram que a queda de consumo varia por região e que é preciso solução sistêmica, sendo a MP 579 um exemplo de desequilíbrio. O setor estava investindo na infraestrutura, que não pode parar. A questão do caixa é essencial para preservar a saúde financeira e o segmento tem grande importância na coesão social, garantindo que as pessoas possam permanecer em casa e o atendimento a hospitais e empresas.

Barroso acredita que as perspectivas para a Geração são um GSF menor, mas há medo de inadimplência das distribuidoras.

No bloco seguinte, de possíveis soluções, perguntados sobre a notificação feita por algumas distribuidoras, Ana Marta afirmou ser uma medida de caráter preventivo e que as soluções devem ser estruturais. Augusto Miranda afirma ser crise mundial e que caracteriza força maior. Sobre a atitude da Neoenergia, que não enviou notificações, Mario

Ruiz afirmou acreditar ainda haver prazo para fazê-lo. Entende que o critério de força maior tem que ser objetivo, que os efeitos não são iguais em todas as regiões e que isso ainda não ocorreu. Acredita que a fase passará e que a economia reagirá. Destacou que a empresa lançou a possibilidade de parcelamento das faturas, via cartão de crédito.

Barroso, na sequência, perguntou sobre a questão que considera mais relevante, que é a financeira, do caixa das empresas e como resolvê-la. Ricardo Botelho crê ser necessária a criação de mecanismos urgentes para atenuar o problema. Considera prioritária a ajuda do Tesouro. Outras possibilidades seriam a utilização de fundos setoriais, nova conta ACR – com a ressalva que o custo dessa deveria ser dividido por todos -, utilizar o serviço da dívida de Itaipu com o Tesouro, UBP, rever subsídios, desnecessários e onerosos, que chegam a R\$ 11 bilhões.

Perguntado sobre a dimensão do problema de caixa, Daniel Slavieiro afirmou que o modelo é bom e deve ser mantido, bastando resolver o problema de curto prazo da crise. Concorde com as propostas de Botelho, enfatizando que devem ser urgentes. Estima que o montante total, embora incerto seria da ordem de R\$ 15 a 20 bilhões. Destacou a necessidade de solução do GSF para aumentar a liquidez. A Copel também não expediu notificações.

Reynaldo Passanezi disse que ainda não se sabe a extensão da crise. O diferimento dos pagamentos pode ser uma das soluções, num cenário de queda generalizada na renda, de recessão. Para o mercado livre, as soluções serão bilaterais, para o ambiente regulado, contudo é preciso um acordo mais geral. Do ponto de vista da Cemig, o caixa da transmissão e geração ainda não foi afetado, mas crê ser questão de tempo.

Ana Marta falou sobre como não restringir o impacto financeiro somente às distribuidoras, que também haverá um problema econômico depois de superada esta fase e que a solução envolve um conjunto de ações. Entende que existe hoje um desequilíbrio entre o pagamento dos consumidores cativos e o dos livres, embora reconheça que isso foge à discussão.

Augusto Miranda acredita que a retomada do consumo será lenta e que aumentarão as perdas comerciais. Como solução, prioriza o aporte do Tesouro.

Como pergunta final, Barroso questionou sobre a distribuição de dividendos. Afirmaram que as decisões são públicas, mas o normal é o pagamento mínimo de 25% sobre o lucro líquido. Algumas empresas estão decidindo, outras já divulgaram.

Como considerações finais, Barroso afirmou que o que está acontecendo no Brasil está ocorrendo no mundo inteiro, e que ninguém tem ainda uma solução estruturada.

Novo rito das Medidas Provisórias durante a pandemia

Foi estabelecida, em ato conjunto das mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, no dia 31.03.2020, mudança no rito sumário para apreciação de Medidas Provisórias no Congresso. Confira como funciona o rito durante a vigência da Emergência em Saúde Pública.



As Medidas Provisórias (MPVs) são normas com força de lei editadas pelo Presidente da República em situações de relevância e urgência. Apesar de produzir efeitos jurídicos imediatos, a MPV precisa da posterior apreciação pelas Casas do Congresso Nacional (Câmara e Senado) para se converter definitivamente em lei ordinária. (Fonte: Congresso Nacional)

1

PUBLICAÇÃO DA MEDIDA

O texto da Medida Provisória é publicado no Diário Oficial da União pelo poder Executivo.

2

PRAZO PARA EMENDAS

Até o 2º dia útil, a contar após o dia da publicação do texto original. Parecer apresentado diretamente no Plenário da respectiva Casa.

3

VOTAÇÃO NA CÂMARA

Deve acontecer até o 9º dia de vigência da MPV, por meio de sistema remoto, conforme rito próprio definido pela Câmara.

4

VOTAÇÃO NO SENADO

Deve acontecer até o 14º dia de vigência da MPV, por meio de sistema remoto, conforme rito próprio definido pelo Senado.

*Havendo modificações no Senado, a Câmara dos Deputados deverá apreciá-las no prazo de 2 dias úteis.

5

PROMULGAÇÃO

No caso de aprovação, a matéria é promulgada e convertida em lei ordinária pelo Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

*No caso da MPV ser aprovada em forma de um Projeto de Lei de Conversão, este é enviado à sanção do Presidente da República, que poderá tanto sancioná-lo quanto vetá-lo. Caberá ao Congresso Nacional deliberar sobre o veto.

Na prática, o que mudou?

Além de menores prazos para aprovação das matérias, houve simplificação do processo de deliberação:



PRAZO DE VIGÊNCIA

ANTES: 60 dias prorrogados para mais 60

AGORA: 16 dias. Caso a Câmara e o Senado não consigam votar uma MP no prazo de 16 dias, cabe ao presidente do Congresso Nacional decidir se a matéria deve ser prorrogada.



RELATORIA

ANTES: Instalação de comissão mista de deputados e senadores com a escolha de um relator

AGORA: Um deputado é escolhido para relatar no Plenário da Câmara e um senador é escolhido para relatar no Plenário do Senado



EMENDAS

ANTES: 6 dias após publicação no DOU

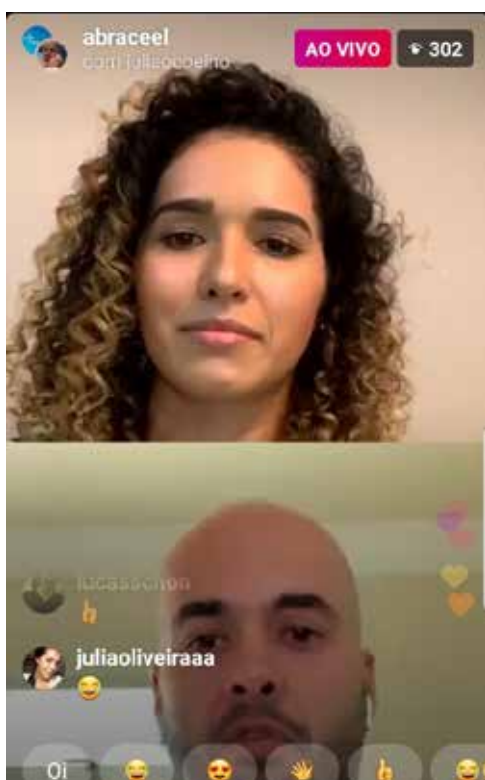
AGORA: 2 dias úteis.



CURTAS

Abraceel realiza primeira transmissão ao vivo no Instagram

A Abraceel realizou sua primeira live na última quinta-feira, às 17h, na página do Instagram da Associação (@abraceel). Nesse primeiro encontro, estiveram presentes mais de 500 participantes, sendo 302 simultâneos, que discutiram os efeitos da pandemia nos contratos de compra e venda de energia com o convidado da live, o consultor jurídico da Abraceel Julião Coelho. Na próxima live, dia **09.04**, às 17h, o tema será “Eleição CCEE - Candidato Comercialização”, com o indicado pela Abraceel e Abrace para a categoria comercialização, Marcelo Loureiro, Diretor de Energia da Abiape. Participe!



Abraceel e MME discutem indicação do novo conselho da CCEE

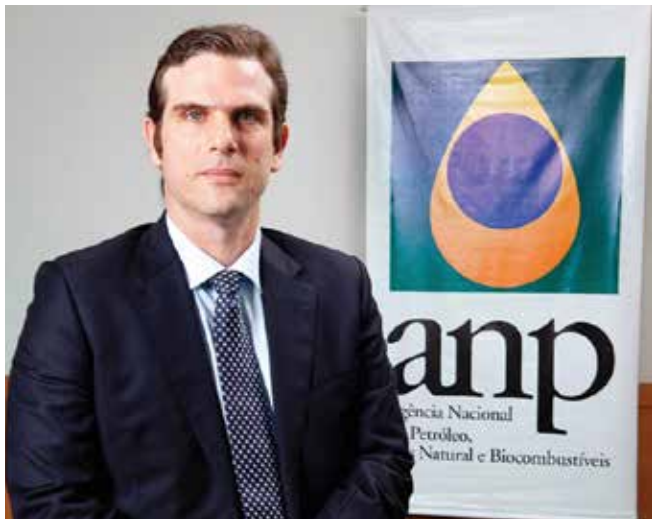
Reginaldo Medeiros e Paulo Pedrosa, representando a Abraceel e a Abrace, reuniram-se com Rodrigo Limp e Domingos Andretta, representando o Ministro Bento Albuquerque, para apresentar o candidato escolhido pela categoria Comercialização, Marcelo Loureiro. As entidades ressaltaram a adequação do perfil profissional indicado ao Conselho da CCEE, em face dos desafios no desenvolvimento do mercado no próximo quadriênio. Limp, em nome do ministro, agradeceu a deferência das associações em apresentar Loureiro, ressaltando que o ministro Bento Albuquerque segue sua linha de independência das instituições, parabenizando ao final as associações pela escolha.

Adiada a Chamada Pública do Gasbol

No dia **30.03**, a ANP comunicou a postergação da Chamada Pública nº 01/20, que trata da contratação de Capacidade no Gasoduto que interliga o Brasil e a Bolívia, operado pela TBG. Tal decisão decorre do atual cenário econômico e social do País, dados os desdobramentos da pandemia, bem como da dificuldade dos agentes em participar da Chamada Pública, tendo em vista o tempo exíguo para celebração dos contratos de fornecimento de gás natural. Não há data definida para o reinício do certame, mas, assim que restabelecida a normalidade, a ANP publicará novo calendário.

José Gutman é o novo Diretor-Geral interino da ANP

De acordo com a Portaria ANP nº 102 de 2020, a partir do dia **28.03** José Gutman passa a exercer o cargo de Diretor-Geral interino da ANP e ficará no cargo até a aprovação, pelo Senado Federal, do novo Diretor-Geral da Agência. A Portaria ANP nº 101 definiu que, em caso de vacância, o primeiro na lista de substituição será convocado imediatamente, dispensada a deliberação pela Diretoria.



Margens de Escoamento para o Leilão A-4 2020

No dia **27.03**, o ONS divulgou a Nota Técnica nº 25/2020 referente aos quantitativos da capacidade remanescente do SIN para escoamento de geração, de caráter indicativo, para fins de subsídio ao Leilão de Energia Nova A-4 de 2020, que foi postergado. As diretrizes para elaboração das Notas Técnicas de quantitativo de capacidade de escoamento estão sendo discutidas no âmbito da CP nº 91 do MME, cuja minuta de contribuição da Abraceel foi enviada por e-mail ao Grupo

Técnico e que recebe contribuições até a próxima quarta-feira, dia **08.04**. **A íntegra da NT está disponível no site da Abraceel, em “Contribuições e Notas Técnicas”.**

Estudo sobre o Aproveitamento do Gás Natural do Pré-Sal

No dia **25.03**, a EPE divulgou um estudo sobre o aproveitamento do Gás Natural do Pré-Sal na matriz energética do país, realizado em conjunto com o MME, PPSA, BNDES e coordenado pela ANP. A motivação para o desenvolvimento desse estudo foi a forte tendência de alta dos níveis de reinjeção do gás natural dos reservatórios do Pré-Sal nos últimos anos e a expectativa de aumento considerável desses volumes no futuro. O estudo aponta possíveis linhas de ações governamentais de incentivo e cunho regulatório, que visam atrair novos investimentos para o setor nos próximos anos, que resultarão em redução de custos na indústria, aumento da atividade econômica no país, geração de empregos e arrecadação de tributos. **A íntegra do documento está disponível na área restrita do site da Abraceel, em “Documentos Gerais”.**

Estudo sobre o Aproveitamento do Gás Natural do Pré-Sal



Implementação da Modernização do Setor Elétrico continua

No dia **01.04**, o Ministério de Minas e Energia informou que, mesmo com toda atenção e prioridade direcionadas para tratar das demandas dos agentes setoriais e da proposição de medidas para enfrentamento dos efeitos da pandemia, a implementação da Modernização do Setor Elétrico segue avançando. Será necessário, porém, realizar ajustes no Plano de Ação, de forma que os temas de grande impacto só sejam pautados quando a situação se normalizar. Em breve será divulgado o acompanhamento das ações do Plano de Ação por meio do site do MME, em um espaço dedicado à modernização do setor. No comunicado, o MME afirma que “gostaria de tranquilizar os agentes, informando que existe o compromisso da equipe responsável pela implementação da Modernização de seguir avançando, dando os encaminhamentos necessários para que esteja tudo pronto para a discussão na hora adequada para a retomada da participação dos agentes”.

Implementação da Modernização do Setor Elétrico avança, ajustada à conjuntura atual

publicado em 01/04/2020 às 10:00:00 em www.mme.gov.br



Comitê setorial para tratar dos impactos no abastecimento nacional de combustíveis

No dia **27.03**, por meio da Portaria nº 132, o MME instituiu comitê de caráter executivo no âmbito da Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, para articular as demandas do setor concernentes ao abastecimento nacional de combustíveis e biocombustíveis e relacionadas aos efeitos da pandemia. O abastecimento nacional de combustíveis ao qual se refere a Portaria, abrange toda a cadeia de produção, refino, tratamento, processamento, transporte, estocagem, distribuição, comercialização e outras etapas existentes. **A íntegra da Portaria está disponível na área restrita do site da Abraceel, em “Documentos Gerais”.**

CMSE mantém DFOM e importação

O Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) se reuniu, no dia **01.04**, para discutir os impactos no curto prazo da pandemia, da ótica da operação, da regulação e da comercialização de energia elétrica no País. Foram destacadas pelo CMSE as condições de atendimento à região Sul, cujos reservatórios permanecem com baixos valores de armazenamento, por escassez de chuvas. Em função da alteração do perfil e da redução da carga do subsistema Sul em face das ações de controle da pandemia, nas últimas semanas houve a minimização da geração hidrelétrica, mesmo sem o acionamento de recursos adicionais. Ainda assim, o Comitê deliberou pela continuidade da ado-

ção de medidas excepcionais para atendimento ao subsistema Sul, em razão da perspectiva de permanência do cenário de escassez de chuvas na região. Assim, o ONS deverá maximizar o intercâmbio de energia para o subsistema Sul, respeitando os limites elétricos vigentes, ficando autorizado a realizar despacho térmico fora da ordem de mérito no subsistema Sudeste/Centro-Oeste, caso necessário, com essa finalidade. Além disso, o ONS está autorizado a despachar geração termelétrica fora da ordem de mérito e a importar sem substituição da Argentina ou do Uruguai, nos moldes do § 13, do art. 1º da Portaria MME nº 339/2018, desde que alocável no subsistema Sul, considerando a Programação Diária da Operação, minimizando o custo operacional total do sistema elétrico e respeitando as restrições operativas, de forma a minimizar a geração hidrelétrica no subsistema Sul e visando recuperar seu armazenamento equivalente. Para mais informações acesse o site do MME.

Postergados leilões de energia elétrica e de transmissão

No dia **30.03**, por meio da Portaria nº 134 de 2020, o MME postergou por tempo indeterminado, a realização de leilões de energia existente A-4 e A-5, de energia nova A-4 e A-6, bem como os leilões de transmissão e dos Sistemas Isolados. O argumento é que tal atitude foi necessária devido aos desdobramentos da pandemia, que influencia diretamente os hábitos de consumo da sociedade. **Para maiores esclarecimentos, a íntegra da**

Portaria está disponível no site da Abraceel, em “Documentos Gerais”.

1º Revisão Quadrimestral de 2020 – ONS

O ONS, em conjunto com a EPE e com a CCEE, divulgou no dia **27.03**, os dados da Primeira Revisão Quadrimestral de Carga de 2020 para o Planejamento anual da Operação Energética – período 2020/2024. Devido aos impactos das medidas de contenção da pandemia, a projeção de crescimento do PIB para este ano foi revista para zero, influenciando diretamente o consumo de energia. A previsão de carga para o ano de 2020 é de 67.249 MWmed, uma redução de 3.576 MWmed em comparação com o que havia sido definido no Planejamento Anual. **A íntegra do documento, que constitui todos os dados da revisão quadrimestral da carga, está disponível na área restrita do site da Abraceel, em “Documentos Gerais”.**



Berkeley Research Group se apresenta à Abraceel

No dia **31.03**, a área de energia se reuniu com Roberto Ferreira, da Berkeley Research Group, para uma apresentação sobre oportunidades e desafios do modelo

de entradas e saídas do mercado de gás natural no Brasil. A BRG é uma empresa de consultoria global que oferece serviços como acompanhamento de mercado, assessoria empresarial e solução de disputas em litígios e arbitragens. **A apresentação institucional da BRG está disponível na área restrita do site da Abraceel.**





AGENDA SEMANAL ABRACEEL

04.04 Sábado

Ricardo Lisboa e Reginaldo Medeiros participam de videoconferência com o Ministro de Minas e Energia, às 10h30m.

06.04 Segunda-feira

Diretoria Executiva e CCEE se reúnem para discutir segurança de mercado, via plataforma online, às 10h;

Vice-Presidência de Energia da Abraceel participa de call com Christiano Vieira, da Superintendência de Regulação dos Serviços de Geração da Aneel, para discutir a Consulta Pública nº 08, às 14h30;

Diretoria Executiva e Conselho de Administração da Abraceel se reúnem com o secretário de energia elétrica do MME, Rodrigo Limp, para discutir as repercussões da crise atual no mercado de energia, via plataforma online, às 15h30;

Call do Conselho, aberto à participação dos associados para tratar dos desdobramentos da pandemia no mercado de energia elétrica, às 17h.

07.04 Terça-feira

Reginaldo Medeiros e Frederico Rodrigues participam de call com o Banco Safra para discutir os efeitos da pandemia no mercado livre de energia, às 15h;

Vice-Presidência de Energia participa de call com a associada BP para discutir os efeitos do coronavírus em outros países, às 16h.

08.04 Quarta-feira

Vice-Presidência de Energia participa do Encontro Preço Horário, via plataforma online, às 09h30;

Diretoria Executiva e Conselho de Administração da Abraceel se reúnem com a diretoria da Aneel para discutir as repercussões da crise atual no mercado de energia, via plataforma online, às 11h00;

Diretoria Executiva participa de reunião com Frank Rogério, da FranPress, para discutir a comunicação corporativa da associação, via plataforma online, às 15h.